



Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, n. 3
(Melhores Trabalhos do CBBB 2022), p. 1-19
Eixo 12 – I Fórum de Catalogação

Formato MARC 21 para dados de autoridade: considerações no processo da tradução

MARC21 format for authority data: translation process considerations

Denise Mancera Salgado

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Bibliotecária no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
E-mail: denise.salgado@tcm.sp.gov.br

Ana Rafaela Sales de Araújo

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecária na Universidade Federal do Ceará.
E-mail: rafaela@ufc.br

Felipe Augusto Arakaki

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: felipe.arakaki@unb.br

Marcelo Votto Texeira

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor titular na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).
E-mail: marcelo.t@unochapeco.edu.br

Fabrcício Silva Assumpção

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bibliotecário na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: fabricao.assumpcao@ufsc.br

Luciana Cândida da Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG).
E-mail: luciana_candida@ufg.br

Raildo de Sousa Machado

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bibliotecário na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
E-mail: raildo@unifap.br

Oscar Eliel

Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Bibliotecário na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: oeliel@unicamp.br

RESUMO

Na catalogação contemporânea, o controle de autoridade pode ser compreendido como um processo de unificar os pontos de acesso dos catálogos, e, no contexto tecnológico atual, a aplicação desse processo em padrões de metadados legíveis pelas máquinas se tornou um recurso primordial para a recuperação da informação no domínio bibliográfico. Dessa forma, o presente artigo se constitui em um relato de caso de forma qualitativa e descritiva, a partir das percepções da tradução do inglês para o português do MARC 21 *format for authority data*, da Library of Congress. O objeto de estudo emerge das reflexões sobre a importância do controle de autoridade e do formato MARC 21 para o



desenvolvimento do catálogo de autoridades. Em seguida, discute-se os procedimentos e métodos utilizados na tradução, bem como as impressões dos tradutores acerca desse processo. Destaca-se entre os resultados obtidos nas percepções do processo de tradução – dos campos 00X a 8XX, incluindo sumário, introdução, líder, diretório e apêndices –, a importância do uso das páginas introdutórias para a compreensão e a aplicação dos campos do formato, junto com a padronização dos termos traduzidos. Conclui-se que a tradução é um trabalho contínuo e requer um compromisso de longo prazo, considerando as atualizações periódicas realizadas no formato MARC 21.

Palavras-chave: Formatos MARC – Brasil. Catálogo de autoridade (recuperação da informação) – Processamento de dados. Registros de autoridade (recuperação da informação).

ABSTRACT

In contemporary cataloging, the authority control can be understood as a process to unify the catalogs access points and in the current technological context, the application of this process in machine-readable metadata standards has become a primordial resource for the information retrieval in the bibliographic domain. Thus, this article constitutes a qualitative and descriptive case report, based on the perceptions of the translation from English to Portuguese of the MARC 21 format for authority data, from the Library of Congress. The object of study emerges from reflections on the importance of controlling authorities and the MARC 21 format for the authorities catalog development. Then, the procedures and methods used in the translation were discussed, as well as the translators' impressions about this process. Among the results obtained in the perceptions of the translation process - from fields 00X to 8XX, including summary, introduction, leader, directory and appendices - the importance of using introductory pages for understanding and applying the format fields, along with the translated terms standardization. In conclusion, the translation is a continuous job and requires a long-term commitment, considering the periodic updates carried out in the MARC 21 format.

Keywords: MARC formats - Brazil. Authority files (information retrieval) - Data processing. Authority records (information retrieval).

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, muitos instrumentos adotados para representação da informação no Brasil são de origem anglo-americana. Em especial, destacam-se o *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2r)*, traduzido e publicado em 2004 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) como “Código de Catalogação Anglo-Americano”, e o *MARC 21 (MACHINE-READABLE CATALOGING) Format for Bibliographic Data*, publicado como “Formato MARC 21 para dados bibliográficos”. A tradução desses instrumentos para línguas locais tem se mostrado imprescindível para o fomento de seu uso e para a compreensão de termos e conceitos técnicos que, de outra forma, estariam pouco acessíveis aos profissionais não familiarizados com línguas estrangeiras.



No contexto do controle de autoridade não é diferente. A adoção do MARC 21 Bibliográfico promove o uso dos outros formatos da “família do MARC 21”, entre eles o *MARC 21 Format for Authority Data* (“MARC 21 de Autoridade”), que, por estar coordenado com o formato bibliográfico, pode compartilhar da infraestrutura existente nos sistemas que utilizam esse formato.

Apesar de os principais sistemas de gestão de bibliotecas encontrados no Brasil utilizarem essa infraestrutura compartilhada para implantar conjuntamente os dois formatos, nota-se uma ausência de publicações e de discussões nacionais sobre o MARC 21 de Autoridade. Por exemplo, uma tradução brasileira do MARC 21 de Autoridade realizada pela bibliotecária Margarida Morsoletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005) foi comercializada em versão impressa em 2005. A edição em questão, além de esgotada no mercado livreiro, não reflete o estado atual do formato, uma vez que não inclui as atualizações realizadas nos últimos anos. Até 2021, não havia uma tradução atualizada e disponível *on-line* do MARC 21 de Autoridade.

Isso é um problema porque a tradução torna o recurso mais acessível, como já afirmado, e porque ela é um estímulo para o desenvolvimento de discussões acerca da temática em nível nacional, considerando as intervenções acadêmicas, políticas (órgãos de classe) e profissionais (as próprias comissões ou grupos formados nas redes de bibliotecas). Partindo desse entendimento, o Grupo de Trabalho em Catalogação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (GT-CAT/FEBAB) se propôs a traduzir para o português o MARC 21 de Autoridade, diretamente da versão completa em inglês, e a publicá-lo *on-line* e de forma gratuita.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar as principais discussões da tradução do formato MARC 21 para dados de autoridade do inglês para o português e sua publicação em meio digital. Ressalta-se que a publicação em ambiente digital possibilita a rápida e constante atualização desse formato.

A tradução desse instrumento se justifica como alternativa para que a comunidade biblioteconômica em língua portuguesa se aproprie desse documento, visando promover as adequações necessárias para implementação e avaliação do formato em seus catálogos. Isso se deve ao fato de, ainda que haja ferramentas de tradução automática, traduções



literais e sem o conhecimento dos contextos de aplicação do formato poderão comprometer o entendimento do uso de campos, subcampos e indicadores.

Trata-se de um trabalho pioneiro para a Biblioteconomia brasileira, pois é a primeira e, até então, a única tradução completa para a língua portuguesa de um dos 5 formatos MARC 21 (dados bibliográficos, de autoridade, de coleção, de classificação e para informação comunitária), conforme Library of Congress (2021c, 2021d). A referida ação realizada pelo GT-CAT/FEBAB visa potencializar, ainda mais, o trabalho desenvolvido pelos(as) catalogadores(as) brasileiros(as) em relação às atividades de controle de autoridade.

2 CONTROLE DE AUTORIDADE E FORMATO MARC 21

A catalogação, resumidamente definida como a reunião lógica de dados bibliográficos em registros recuperáveis e utilizáveis, é o processo que permite à biblioteca prosseguir com sua principal missão, a de atendimento e de acesso livre e aberto a todo o conhecimento e a todas as informações registradas. O controle de autoridade se torna vital e central a esse processo (GORMAN, 2004). A gestão de autoridades confere à catalogação a padronização necessária aos seus processos descritivos, tornando-se essencial na garantia de unicidade e consistência dos dados.

Pode-se definir o controle de autoridade como o processo de unificar os pontos de acesso dos catálogos mediante a utilização de uma forma padronizada e normalizada na construção de pontos de acessos. Além dessa padronização, expressa relações existentes entre os vários pontos de acesso de um catálogo, facilitando a identificação e a recuperação dos documentos armazenados (HERRERO PASCUAL, 1999). Tem por objetivo evitar ambiguidades ou equívocos que possam ser causados por homônimos, sinônimos ou diversidades de nomes pelos quais pessoas, entidades, obras, temáticas ou conceitos possam ser denominados.

O controle de autoridade proporciona uma melhor padronização da catalogação ao permitir a identificação e a distinção entre pontos de acesso controlados em um catálogo, beneficiando catalogadores e usuários (GORMAN, 2004). O principal produto desse controle é o catálogo de autoridades. Desenvolvidos por serviços de informação, auxiliam



no intercâmbio de informações, sendo benéficos na redução dos custos de manutenção e na elaboração de bases de dados bibliográficos e de autoridades.

O processo de estruturação do controle de autoridade se realiza mediante uma série de operações que permitem elaborar um registro de autoridade, que se compõe do estabelecimento da forma do nome que será utilizada para os pontos de acesso do catálogo, ou seja, a forma autorizada do nome. Assim, estabelecem-se todas as referências, incluindo as formas não autorizadas ou as relacionadas à forma autorizada, de maneira que tanto o catalogador, quando procede a catalogação, quanto o usuário, quando executa uma pesquisa, utilizam sempre a mesma forma, embora nos documentos originais permaneça a variedade (HERRERO PASCUAL, 1999).

Jesús Jiménez Pelayo e Rosa García Blanco (2002) apresentam como fundamentais os seguintes objetivos do controle de autoridade: unificar pontos de acesso idênticos, contudo expressos de forma distinta; diferenciar pontos de acesso distintos que podem ser identificados da mesma maneira (homônimos); converter o catálogo da biblioteca em uma teia de relações que permita aos usuários navegar, com segurança, de formas variantes para as formas autorizadas relacionadas, mediante um sistema de referência; orientar o usuário, mediante notas explicativas, a uma classe, uma categoria ou um grupo de pontos de acesso que podem melhorar a sua busca por informações no catálogo.

Os prejuízos com a falta de uma gestão dos registros de autoridade são inúmeros. Os impactos para o catálogo e, conseqüentemente, para a recuperação da informação por si só já seriam motivos suficientes para manter um controle de autoridade dinâmico, eficiente e eficaz. No entanto, há uma preocupação tão importante quanto a anterior: o impacto financeiro na instituição catalogadora, por conta do aumento do custo pessoa/hora. Isso ocorre devido a constantes retrabalhos, não somente com recorrentes correções nos registros bibliográficos como também com recorrentes processos de correções de entradas de autoridades, quando então se constata que, muitas vezes, um determinado termo – seja um nome de autor, seja um assunto – é inserido sem a menor preocupação com um padrão e com a própria qualidade ortográfica, o que gera inúmeras entradas incorretas, as quais poderiam ter sido evitadas e estarem todas vinculadas a uma única entrada se houvesse a preocupação inicial com um registro de autoridade elaborado sob pleno rigor técnico.



A bibliotecária e docente Doris Hargrett Clark (1990) aponta que o controle de autoridade é caro, contudo, a falta deste é ainda mais. Estão incluídos no custo de controle de autoridade: pessoal e aquisição e manutenção de equipamentos e suprimentos. Deve-se levar em conta também o tempo gasto na pesquisa, na correção e no arquivamento dos dados. Muitas bibliotecas não os consideram custos, porque eles, geralmente, estão incorporados nos gastos com rotinas operacionais mais comuns. Há também o custo a ser considerado quando um usuário faz uma busca em um catálogo. Quanto mais rigoroso o processo de controle de autoridade, mais bem-sucedidas serão as buscas em um catálogo. As maiores economias potenciais serão redução de duplicação e redundância (CLARK, 1990).

É importante mencionar que mesmo que haja uma plena gestão de autoridades, ainda existe o fator humano, com suas atitudes perante a responsabilidade de seguir procedimentos e de “fazer a coisa certa”. Uma determinada pessoa pode, por exemplo, ser negligente e, em vez de escolher e vincular um registro de autoridade existente e correto, pode simplesmente criar outra entrada, seja por não encontrar o registro correto, seja por não ter o devido cuidado de revisar o termo importado de algum outro catálogo, nos casos de catalogação cooperativa.

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação no início dos anos 1960, a Library of Congress (LC) iniciou a realização de um projeto de mecanização do processamento de suas fichas catalográficas, bem como a automação dos processos de catalogação, pesquisa, indexação e recuperação de documentos. Nesse contexto, surge o projeto *Machine Readable Cataloging* (MARC), que utiliza um sistema breve de números, códigos e símbolos na catalogação de registros, de forma a discriminar os diferentes tipos de informação. A analista de sistemas e programadora Henriette Davidson Avram (1975) relata que o projeto MARC iniciou com um piloto em 1966, distribuindo os registros da LC em formato legível por máquina em fitas magnéticas para as bibliotecas participantes de seu projeto de catalogação cooperativa. O principal objetivo da LC era a redução de custos de catalogação e o compartilhamento de informações.

Em consequência, vários outros países se interessaram pelo formato, tornando o MARC um metapadrão. Na década de 1970, diversos países adaptaram o formato para



suas necessidades de catalogação e intercâmbio de dados, promovendo a criação de diversas derivações do formato, como: USMARC, também nos Estados Unidos; UKMARC, na Inglaterra; CANMARC, no Canadá; IBERMARC, na Espanha; e CALCO, no Brasil. Em 1977, também foi criado o UNIMARC pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (FLAMINO, 2006; MODESTO, 2009).

Na segunda metade da década de 1980, promoveu-se uma compatibilização entre os formatos USMARC, CANMARC e UKMARC, culminando no desenvolvimento do formato MARC 21. Foi publicado, em 1987, o documento *MARC 21 Specifications for Record Structure, Character Sets, and Exchange Media*, como resultado das intenções de unificação desses formatos (FLAMINO, 2006; MODESTO, 2009).

Composto de campos, subcampos e indicadores, o formato MARC permite que o registro bibliográfico seja legível por máquina. Estruturado em duas seções de dados, apresenta uma seção responsável pelas informações descritivas do registro bibliográfico e outra seção que contém os dados bibliográficos propriamente ditos. A seção responsável pelas informações descritivas possui como principais campos: líder, responsável pelas informações de processamento do registro, e diretório, que contém informações sobre a localização e o tamanho de cada campo (*tag*) dentro do registro bibliográfico. A seção que contém os dados bibliográficos possui campos variáveis e está organizada em uma estrutura mnemônica, obedecendo à sequência do registro bibliográfico (SALGADO, 2015).

Um registro MARC é composto de três elementos: a estrutura do registro, a descrição do conteúdo e o conteúdo dos dados do registro. A estrutura de registro é uma implementação do padrão internacional *Format for Information Exchange* (ISO 2709) e sua contraparte americana, *Bibliographic Information Interchange* (ANSI/NISO Z39.2). A descrição de conteúdo – os códigos e convenções estabelecidos explicitamente para identificar e caracterizar posteriormente os elementos de dados em um registro e para apoiar a manipulação desses dados – é definida por cada um dos formatos MARC. O conteúdo dos elementos de dados que compõem um registro MARC é geralmente definido por padrões externos aos formatos. Alguns exemplos podem ser: *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), AACR2r, *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) ou outras regras de catalogação, tesouros de assuntos e sistemas de classificação usados pela



organização que cria um registro. O conteúdo de certos elementos de dados codificados é definido nos formatos MARC (por exemplo, o líder ou o campo 008) (LIBRARY OF CONGRESS, 1996).

Conforme descreve o professor Fernando Modesto (2009), o formato MARC 21 é composto de um conjunto de formatos específicos, denominado família MARC 21, sendo eles:

a) *MARC 21 Format for Bibliographic Data* (formato MARC 21 para dados bibliográficos): conhecido como MARC 21 Bibliográfico, é destinado à catalogação de informações bibliográficas contidas em livros e manuscritos, arquivos de computador, material cartográfico, música, publicações seriadas (recursos contínuos), materiais visuais (projetável, bidimensional, *kit*, artefato tridimensional) e materiais mistos;

b) *MARC 21 Format for Authority Data* (formato MARC 21 para dados de autoridade): conhecido como MARC 21 Autoridade, é destinado à catalogação de informações sobre as formas autorizadas de nomes e assuntos e suas subdivisões. Contém também as formas variantes dos nomes, assuntos e suas variações utilizadas como referência às formas normalizadas;

c) *MARC 21 Format for Holdings Data* (formato MARC 21 para dados de coleção e localizações): proporciona informação para localizar e identificar os exemplares de um documento e obter informação sobre a biblioteca depositária do item descrito;

d) *MARC 21 Format for Classification Data* (formato MARC 21 para dados de classificação): codifica os dados pertencentes à notação de uma classificação numérica;

e) *MARC 21 Format for Community Information* (formato MARC 21 para informação comunitária): permite o processamento de recursos não bibliográficos que possam ser úteis para uma determinada comunidade.

O desenvolvimento do MARC Autoridade teve início em 1976, apresentando diversas edições até sua compatibilização com o formato MARC 21, em 1999. Apresenta atualizações constantes que são publicadas semestralmente pela LC. Essas atualizações contemplaram nos últimos anos várias inclusões de campos e subcampos que promovem sua adequação às orientações estabelecidas pela *Resource Description and Access* (RDA).

O formato MARC 21 Autoridade é composto de três componentes principais: o campo líder, o campo diretório e os campos variáveis. Esses campos possuem muitas



similaridades com os campos do MARC 21 Bibliográfico, como o uso de indicadores e subcampos. Os campos variáveis estão estruturados em blocos de acordo com o primeiro número do campo, que identifica a função dos dados dentro do campo. O tipo de informação no campo é identificado pelo restante da etiqueta.

O MARC Autoridade está estruturado da seguinte maneira:

0XX Números padronizados, números de classificação, códigos

1XX Pontos de acesso (autorizado e referência)

2XX Remissivas complexas Ver

3XX Remissivas complexas Ver também

4XX Remissivas Ver

5XX Remissivas Ver também

6XX Notas

7XX Ponto de acesso de ligação

8XX Gráficos alternativos

9XX Implementações locais

Os blocos de campos 1XX, 4XX e 7XX seguem uma lógica mnemônica de conteúdo dos campos que pode ajudar a identificar o conteúdo dentro de campos de autoridade, conforme segue:

X00 Nomes pessoais

X10 Nomes de entidades coletivas

X11 Nomes de eventos

X30 Títulos uniformes

X48 Termos cronológicos

X50 Termos tópicos

X51 Termos geográficos

X55 Termos de gênero/forma

Os campos finalizados em X00, X10 e X11 estão relacionados aos registros de dados de autoridade pertinentes à responsabilidade intelectual da obra, sendo os demais referentes a título e a assuntos.

O MARC 21 Autoridade permite o intercâmbio de dados de autoridade entre bibliotecas ou agências bibliográficas, diminuindo custos de catalogação e possibilitando



uma melhora na qualidade dos registros de autoridade. No Brasil, a Biblioteca Nacional é a agência responsável pela padronização dos pontos de acesso para nomes brasileiros, e seu catálogo de autoridades está disponível para acesso ao público (SALGADO, 2015).

O desenvolvimento dos modelos conceituais, como o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), colocaram em evidência algumas vulnerabilidades do formato MARC. Apesar de sua estrutura complexa e relativamente flexível, principalmente no que concerne à incorporação de novos campos e subcampos, o MARC não permite estabelecer uma rede de relacionamentos horizontais, verticais e hierárquicos, como previsto pelos modelos conceituais. Para a bibliotecária Liliana Giusti Serra (2013), o MARC apresenta uma representação horizontal, sem vínculos entre os registros, o que dificulta a descrição bibliográfica em um contexto digital, inviabilizando o conceito de navegabilidade preconizado no FRBR e no FRAD, por exemplo. Não obstante o acréscimo de vários campos ao MARC, tanto bibliográfico como de autoridade, para acomodar as necessidades impostas pelo uso da norma Resource Description and Access (RDA), esses campos ainda não permitem que o usuário final possa identificar as relações existentes entre registros e autoridades, bem como não permitem que essas ligações possam ser feitas de forma transparente pelo usuário durante a busca por recursos informacionais no catálogo bibliográfico.

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS UTILIZADOS NA TRADUÇÃO

A ação “Tradução e publicação do formato MARC 21 para dados de autoridade” foi desenvolvida pelos(as) oito integrantes do GT-CAT/FEBAB entre os meses de agosto de 2020 e maio de 2021. Incluiu as etapas de planejamento, tradução, revisão da tradução, publicação e atualização da tradução.

O planejamento para a tradução incluiu as reuniões iniciais em que houve definição de participantes da ação, das demais etapas de trabalho, das orientações gerais para a tradução, da forma de organização e dos instrumentos de trabalho.



Entre as orientações gerais, definiu-se que a tradução levaria em conta outras publicações já reconhecidas na área, buscando, na medida do possível, manter compatibilidade com as traduções nelas utilizadas. Entre essas publicações estão:

- a) “MARC 21: formato condensado para dados de autoridade e formato MARC 21 para registros de autoridades”, tradução para o português por Margarida Morsoletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005, 2018);
- b) “MARC 21: formato bibliográfico”, tradução para o português publicada pela PUC-Rio (LIBRARY OF CONGRESS, 2017);
- c) “*Formato MARC 21 para registros de autoridade*”, tradução para o espanhol publicada pela Biblioteca Nacional da Espanha (LIBRARY OF CONGRESS, 2021b).

Definiu-se também que os exemplos seriam mantidos em língua inglesa e que apenas os esclarecimentos entre colchetes seriam traduzidos para a língua portuguesa e receberiam destaque tipográfico com itálico.

As 181 páginas *web* presentes na versão original do formato (169 etiquetas/*tags* de campos, 5 páginas explicativas ou de alinhamento e 7 apêndices) foram distribuídas entre os(as) participantes, cabendo a cada um(a) a tradução de 22 ou 24 páginas. Para organização e gestão das atividades, foram criadas várias pastas e diversos documentos no *Google Drive*, entre eles uma planilha para acompanhamento da situação da tradução de cada página (não iniciada, em andamento, traduzida, em revisão, revisada, incluída no *WordPress*) e uma planilha para padronização da tradução de termos, expressões, campos e subcampos recorrentes.

A tradução das páginas do formato ocupou a maior parte do tempo e do esforço que os participantes dedicaram à atividade. Nenhum dos participantes possuía formação nas áreas de Letras, de língua inglesa ou de tradução, embora tivessem contato frequente com textos estrangeiros e, alguns deles, inclusive, já tivessem participado da tradução de outros documentos da área, como a *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação* e o *IFLA Library Reference Model: um modelo conceitual para a informação bibliográfica*. Por conseguinte, foram formadas duplas de participantes, que ficaram responsáveis pela revisão das traduções uns dos outros. Ao término da revisão, o conteúdo traduzido ocupava cerca de 300 páginas em tamanho A4.



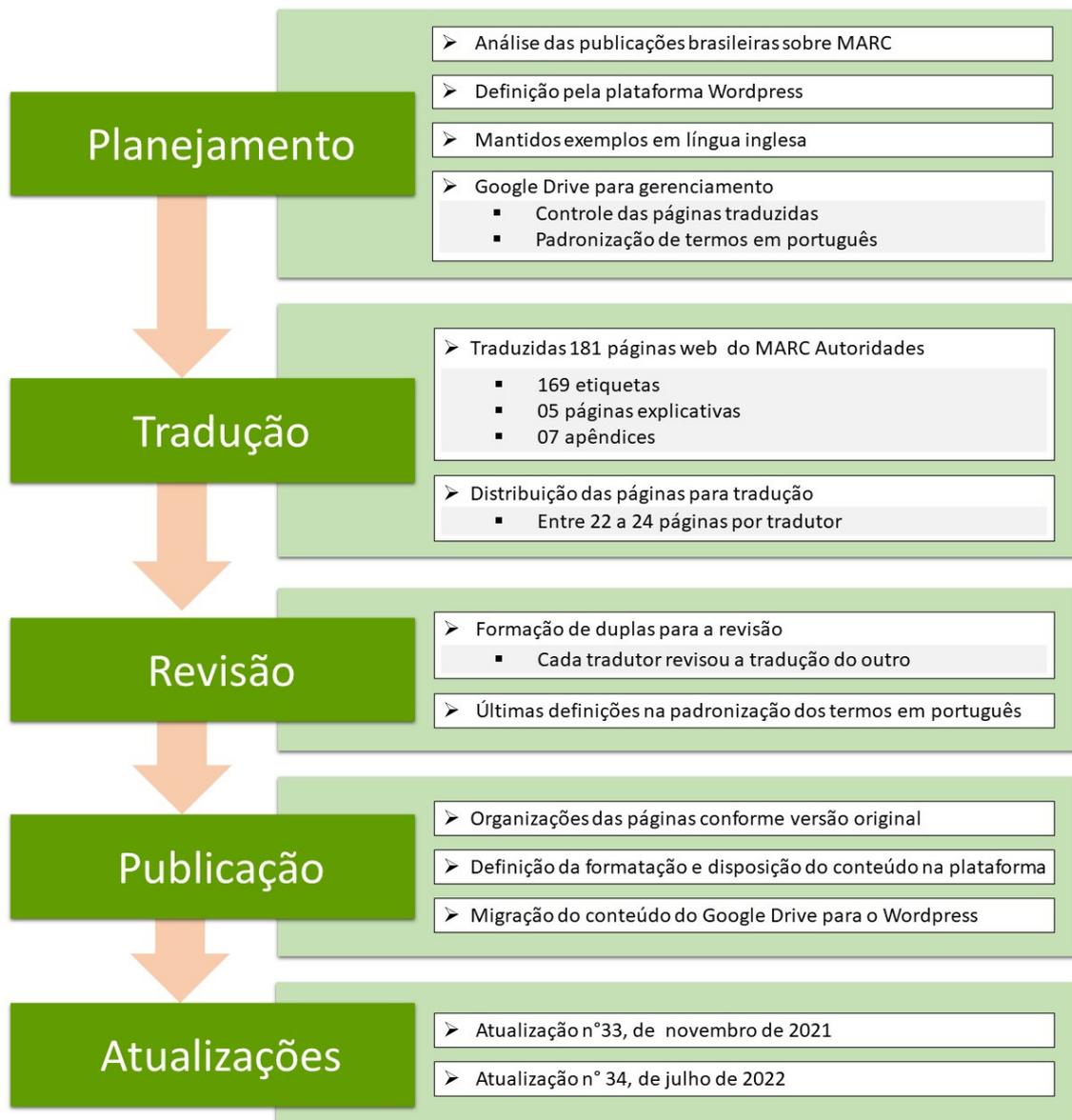
Como base para a tradução e a revisão, além dos documentos de referência mencionados anteriormente, foram usados dicionários e ferramentas de tradução *on-line*, como o *Google Tradutor* e o *Linguee*. Também foram utilizadas outras ferramentas do *Google* para dialogar acerca das atividades, dúvidas e tomadas de decisões, por exemplo, o *Google Meet*. Houve também o uso da ferramenta de mídia social *WhatsApp*.

Para a publicação da tradução, optou-se pela reprodução da organização das páginas conforme a versão original mantida pela LC, no entanto, com o acréscimo de recursos para facilitar a navegação (menu superior, caixa de busca, *links* internos, *links* externos e âncoras). A plataforma escolhida foi o *WordPress* devido aos recursos ofertados, ao conhecimento dos participantes e à infraestrutura fornecida pela FEBAB. A transposição do conteúdo das páginas de texto para páginas do *WordPress* e sua devida formatação também foram realizadas pelos(as) participantes do GT-CAT/FEBAB após uma capacitação e com o apoio de um manual.

Apresenta-se na Figura 1 o fluxograma dos procedimentos adotados para a tradução.



Figura 1 - Fluxograma dos procedimentos para a tradução



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Descrição da imagem: Fluxograma dos procedimentos para a tradução, nas cores verde-claro, verde-escuro, rosa e branca. À esquerda, encontram-se os procedimentos, nas palavras: planejamento, tradução, revisão, publicação e atualizações, em caixa alta e baixa, na cor branca, inseridos em retângulos na cor verde, com setas conectoras para baixo, para indicar a sequência dos procedimentos, na cor rosa. À direita, encontram-se as atividades realizadas, nas palavras: análise das publicações brasileiras sobre MARC; definição pela plataforma *Wordpress*; mantidos exemplos em língua inglesa; *Google Drive* para gerenciamento, controle das páginas traduzidas e padronização de termos em português; traduzidas 181 páginas web do MARC Autoridades: 169 etiquetas, 05 páginas explicativas, 07 apêndices e distribuição das páginas para tradução: entre 22 a 24 páginas por tradutor; formação de duplas para a revisão e últimas definições na padronização dos termos em português; organização das páginas conforme versão original, definição da formatação e da disposição do conteúdo na plataforma e migração do conteúdo do *Google Drive* para o *Wordpress*; atualização número 33, de novembro de 2021, e atualização número 34, de julho de 2022, em caixa alta e baixa, na cor preta, inseridas em retângulos nas cores branca e verde-claro.



Assim, concluída a formatação do conteúdo, em 26 de maio de 2021, a FEBAB, por meio do GT-CAT, publicou a tradução para o português da versão completa do formato MARC 21 para dados de autoridade. O lançamento da tradução deu-se por meio de um webinar realizado pelo GT-CAT/FEBAB, no canal da FEBAB no *YouTube*, e contou com a palestra de abertura do docente da Universidade de São Paulo (USP) e bibliotecário, Fernando Modesto, sob o título “O controle de autoridade no amparo da informação”.

A LC fez menção ao trabalho desenvolvido, indicando-o na plataforma original do MARC 21 (LIBRARY OF CONGRESS, 2021d). Desde então, a tradução está disponível *online* no endereço <http://marc.febab.org/>, tendo sido atualizada em janeiro de 2022 para incluir as alterações decorrentes da atualização número 34, de julho de 2022, realizada na versão original. Do lançamento até 30 de novembro de 2022, a tradução obteve mais de 1.800 visitantes (usuários que acessaram no mínimo uma sessão no *site*) e 15.700 visualizações de páginas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: IMPRESSÕES DO PROCESSO DA TRADUÇÃO

Durante o trabalho de catalogação, é comum que o(a) catalogador(a) se atente apenas à página do MARC que descreve especificamente os campos de que ele(a) necessita para a descrição do dado de autoridade. No decorrer do processo de tradução do MARC 21 Autoridade, percebeu-se a importância do uso das páginas introdutórias e com informações gerais acerca dos campos, como o caso das páginas X00 – Nomes pessoais – Informações gerais; X10 – Nomes de entidades coletivas – Informações gerais; X11 – Nomes de eventos – Informações gerais; X30 – Títulos uniformes – Informações gerais, entre outras.

Essas páginas possuem informações mais detalhadas sobre como utilizar indicadores e subcampos, apresentando exemplos específicos. Indicam informações que elucidam o entendimento do uso dos campos, sejam eles tanto como 1XX quanto como 4XX, 5XX ou 7XX, indicando suas diferenças e semelhanças. Apesar de os campos 1XX, 4XX, 5XX ou 7XX guiarem o(a) catalogador(a) para o uso dessas páginas em “Orientações para aplicação do campo”, direcionando para a leitura das páginas por meio de um *link*, muitas



vezes, elas não são utilizadas, e sua importância é subestimada. A prática de não observar as páginas introdutórias e de informações gerais leva, por vezes, a interpretações equivocadas dos campos consultados, gerando, por sua vez, tanto registros de autoridades quanto registros bibliográficos de maneira incorreta, o que interfere na qualidade dos resultados de pesquisa.

A tradução desses campos também foi importante para o estabelecimento de padrões na tradução, como termos traduzidos, facilitando a tradução dos demais campos. Parte das informações contidas em cada campo são repetidas nos campos que possuem relação ou em outros, facilitando assim o processo de tradução. Esse é o caso do subcampo 0, em que se padronizou a tradução para todos os campos como “\$0 – *Authority record control number or standard number*” para \$0 – “Número de controle do registro de autoridade ou número padrão”. Junto a isso, o mapeamento dos campos traduzidos permitiu a percepção de que alguns campos com a mesma identificação tinham nomenclaturas diferentes, como o subcampo \$2, o qual possuía as denominações de “Fonte” (“\$2 – *Source*”), “Fonte do cabeçalho ou termo” (“\$2 – *Source of heading or term*”) e “Fonte do termo” (“\$2 – *Source of term*”).

Devido à estrutura do MARC 21, o conjunto de campos 4XX e 5XX têm várias relações. Os campos “4XX – *See from tracings*” foram traduzidos para “Remissiva Ver”. Assim, buscou-se manter a tradução de acordo com os documentos traduzidos por Margarida Morsolletto Ferreira (LIBRARY OF CONGRESS, 2005, 2018), além de ser uma expressão utilizada no AACR2r.

Seguindo a mesma lógica da tradução dos campos 4XX, os desmembramentos dos campos “5XX – *See also from tracings*” referem-se às “Remissivas Ver também”, as quais indicam outros pontos de acesso relativos ao documento descrito. Essa prática possibilita o agrupamento das autoridades dispersas em um catálogo e aumenta as possibilidades de recuperação da informação. Os campos 500–585 são utilizados para identificar formas autorizadas de cabeçalhos relacionados às formas autorizadas no campo 1XX.

Os subcampos “\$a – *Corporate name or jurisdiction name as entry element (NR)*” e “\$c – *Location of meeting (R)*” também necessitaram de uma discussão mais cuidadosa, pois, pela tradução literal, poderiam apresentar uma confusão para a comunidade acerca de seu uso. Além dos documentos citados, outros também foram considerados, como a



tradução da *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação* e do *IFLA Library Reference Model: um modelo conceitual para a informação bibliográfica*; logo, as expressões foram traduzidas para “\$a – Entidade coletiva ou jurisdição” e “\$c – Lugar do evento, respectivamente. Já a expressão “*named event*” foi traduzida para “acontecimento”.

Os nomes de tesouros mencionados em alguns pontos da tradução, principalmente no segundo indicador dos campos 7XX, não foram traduzidos, tendo em vista que foram considerados nomes próprios e que sua identificação era melhor compreendida em sua língua original. Quanto aos exemplos, por uma questão de melhor compreensão e dado o contexto em que foram utilizados, optou-se por não os traduzir, observando, contudo, que houve a tradução apenas das explicações entre colchetes que os acompanhavam, já que, por vezes, elas eram necessárias para uma melhor compreensão dos exemplos.

Para promover o acesso à tradução do MARC 21 para dados de autoridade, e considerando a necessidade da facilidade de navegação, a plataforma apresenta o conteúdo por meio de menus, caixas de busca e *links* internos e/ou direcionando para a versão original.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a publicação do MARC Autoridade para a língua portuguesa é um trabalho contínuo e que requer um compromisso em longo prazo, considerando a necessidade das atualizações periódicas, necessárias para que a tradução acompanhe a versão original, em inglês. Desde o início das atividades de tradução, houve três atualizações do formato MARC 21: a atualização de n. 32, em junho de 2021; a atualização de n. 33, em novembro de 2021; e, mais recentemente, a atualização de n. 34, em julho de 2022.

Entre os(as) participantes da atividade, há um consenso de que a tradução ampliou o conhecimento acerca do formato, não só pelos momentos de compartilhamento de saberes e discussão entre a equipe, mas também pela leitura e pela tradução de campos e de situações pouco comuns na prática catalogadora ou difundidas no contexto brasileiro. Foram ao todo 14 reuniões *on-line*, totalizando mais de 40h de reuniões, além do tempo



despendido à leitura do documento original, às discussões realizadas em aplicativos de troca de mensagens e à escrita da tradução.

Além dos relatos dos participantes do projeto, vale ressaltar que a tradução do formato MARC 21 Autoridade favoreceu a classe bibliotecária e o ensino da catalogação, no que se refere à descrição de registros de autoridades, facilitando a compreensão e a aplicação de formas autorizadas de nomes e assuntos a serem adotados na construção de pontos de acesso.

Por fim, destaca-se que possibilidades de futuras ações relacionadas com a tradução do formato MARC 21 para dados de autoridade permanecem abertas, tendo em vista a possibilidade de adaptação para o contexto brasileiro dos exemplos descritos na plataforma original, bem como de ampliação das discussões em torno do formato, seja do controle de autoridade, seja das traduções completas dos demais formatos da família MARC 21.

REFERÊNCIAS

AVRAM, Henriette Davidson. **MARC: its history and implications**. Washington, DC: Library of Congress, 1975.

CLARK, Doris Hargrett. **Authority control: principles, applications, and instructions**. Chicago, London: American Library Association, 1990.

FLAMINO, Adriana Nascimento. **MARXML: um padrão de descrição para recursos informacionais em Open Archives**. Orientadora: Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/16623/1/FLAMINO AN DISSERTACAO.pdf](http://eprints.rclis.org/16623/1/FLAMINO_AN DISSERTACAO.pdf). Acesso em: 4 dez. 2022.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloguing & Classification Quarterly**, [New York], v. 38, n. 3/4, p. 11-22, 2004.

HERRERO PASCUAL, Cristina. El control de autoridades. **Anales de Documentación**, [Murcia], n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2621/260>. Acesso em: 26 jun. 2022.

JIMÉNEZ PELAYO, Jesús; GARCÍA BLANCO, Rosa. **El catálogo de autoridade: creación y gestión en unidades documentales**. Gijón: Trea, 2002.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para registros de autoridades**. Tradução: Margarida Morsoletto Ferreira. [S. l.: s. n.], 2018.



Título original: MARC 21 Format for Authority Data. Versão concisa da LC de 2006, com acréscimo dos campos 3XX.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para dados de autoridade.** Tradução: Ana Rafaela Sales de Araújo, Denise Mancera Salgado, Fabrício Silva Assumpção, Felipe Augusto Arakaki, Luciana Candida da Silva, Marcelo Votto Texeira, Oscar Eliel, Raildo de Sousa Machado. São Paulo: FEBAB, 2021a. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. ISBN 978-85-85024-13-0. Versão completa da LC de 2021. Disponível em: <http://marc.febab.org/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para registros de autoridad.** Traducción al español realizada por miembros del grupo de Normalización del Consejo de Cooperación Bibliotecaria y por la Biblioteca Nacional de España. Madrid: BNE, 2021b. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. Disponível em: http://www.bne.es/export/sites/BNWEB1/webdocs/Inicio/Perfiles/Bibliotecarios/MARC21_Registros_Autoridad_Completo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21 Format for Authority Data.** Washington, DC: LC, 2021c. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/authority/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21 - Formato Bibliográfico.** Tradução: Ana Maria Neves Maranhão, Maria de Lourdes dos Santos Mendonça. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017. Título original: MARC 21 Format for Bibliographic Data. ISBN 978-85-87926-34-0. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC 21: formato condensado para dados de autoridade.** Tradução: Margarida Morsoletto Ferreira. São Paulo: Espaço-conhecimento, 2005. Título original: MARC 21 Format for Authority Data.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **The MARC 21 Formats: background and principles.** Washington, DC: LC, 1996. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/96principl.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **MARC translations.** Washington, DC: LC, 2021d. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/translations.html#portuguese>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MODESTO, Fernando. Conversa para catalogador dormir: alguns caminhos do formato MARC. **INFOhome**, [s. l.], p. [1-10], mar. 2009. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=428. Acesso em: 4 dez. 2022.

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade.** Orientador: Fernando Modesto. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19012016-105319/publico/DENISEMANCERASALGADOVC.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.



SERRA, Liliansa Giusti. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/viewFile/13/13>. Acesso em: 26 jun. 2022.